



GÊNEROS, PODERES E SEXUALIDADES NAS TRAMAS DA HISTÓRIA

Maria Aparecida P. Sanche

Universidade Estadual de Feira de Santana

Artur Vitor de Araujo Santana

Universidade Estadual de Campinas

Alessandro Cerqueira Bastos

Universidade Federal da Bahia

O que a história das relações de gênero (s), das mulheres e da (s) sexualidade (s) ainda tem a contribuir com o campo historiográfico? O presente dossiê vem como uma resposta a esse questionamento que, passadas várias décadas da consolidação do campo temático, ainda suscita desconfiças de muitos colegas historiadores e historiadoras acerca da (ir)relevância de se analisar a história pelas lentes de gênero. A tradução desse pensamento se faz em falas veladas sobre a presença saturada de gênero, da politização excessiva de certas pesquisas, da fragmentação do campo historiográfico e das lutas sociais. Enfim, são várias as frentes que concebem este campo como totalmente dispensável. No entanto, fazendo frente a estes pensamentos, a publicação destes artigos em conjunto reflete uma preocupação coletiva partilhada pelas autorias em dar ao conhecimento público o que tem sido feito de melhor em termos de pesquisas acadêmicas comprometidas e qualificadas em nossas universidades.

A aparência de esgotamento das temáticas, na verdade, pouco revela sobre o altíssimo nível com que vem sendo feitas novas descobertas, ainda que sobre documentações e temáticas já conhecidas e exploradas desde o final dos anos 1980. Um exemplo desta sofisticação é a necessidade cada vez mais frequente de se pensar o gênero, enquanto categoria, tema e objeto de estudos, aliado, conectado, combinado, inter cruzado com outras variáveis igualmente importantes como classe social e raça, para ficarmos no tripé. Desse modo, tem sido comum

falarmos em interseccionalidades para nomear estas utilizações criativas de mais de uma categoria analítica nas pesquisas e práticas políticas de modo geral.

A escrita da História de gênero na historiografia brasileira tem colocado preocupações teóricas, metodológicas e epistemológicas ao conjunto dos demais campos temáticos e disciplinares no interior da História como um todo ao tempo em que, essas preocupações, têm produzido discussões extremamente úteis para refletirmos sobre as relações de poder e as hierarquias historicamente construídas que marginalizaram diversos grupos sociais. Partindo-se da ideia de que não basta o uso descritivo da categoria gênero, esses estudos se prestam a bem mais que uma mera descrição acerca da ausência e ou presença de mulheres nos espaços sociais, bem como da suposta universal e inescapável dominação masculina.

Na verdade, os trabalhos aqui reunidos têm se preocupado em oferecer uma maneira de interpretar a documentação e por isso são excelentes lições de como deve ser conduzida uma pesquisa em história. Em vez de presumir a existência de uma mulher universal, sem raça e classe, que viveria sob o jugo de um homem, igualmente universal em termos de raça, classe, as preocupações se voltam às especificidades de contextos particulares, os quais revelam-se complexos e dinâmicos, com uma variedade ampla de temáticas que inicia com o debate sobre o movimento lésbico, voto feminino, maternidade e mulheres nas ciências, temas mais tradicionais, passando por abordagens arrojadas sobre memória feminina quilombola a discussões sobre cultura material no universo das religiões de matrizes afro-ameríndias.

Nosso dossiê é aberto com artigo de Leticia Emília Batista e traz uma importante reflexão acerca da invisibilidade lésbica, demonstrando que esse apagamento representou formas opressivas de silenciamento imposto pela sociedade patriarcal sobre elas. Entre documentos escritos e depoimentos orais a autora traça os percursos trilhados por este grupo de mulheres, lésbicas e feministas, que ousaram questionar a heterossexualidade compulsória fundado um importante jornal Chanacomchana e o GALF (Grupo Ação Lésbico-Feminista), construindo outras possibilidades de discursos sobre si, ao resignificarem suas próprias experiências se apropriando da palavra lésbica como algo positivo e político.

O segundo artigo trata do debate sobre mulheres na política em 1933, no Ceará, escrito por Larissa Almeida Custódio da Silva. Realizando um importante debate sobre as disputas que se desenrolaram em torno do voto das mulheres e suas candidaturas, ao longo do artigo nossa autora demonstra o quanto, nessa nova gama de possibilidades abertas às mulheres no cenário político, as disputas convergiram no sentido de capitalizar o voto feminino. Sem contudo permitir

que essa participação política fosse de encontro aos tradicionais papéis que estruturam a sociedade brasileira e estão baseados nas assimetrias de gênero. Trabalhando com dois importantes jornais que a época buscaram arregimentar o voto feminino (O Nordeste ligado a Liga Eleitoral Católica e O Povo ligado ao PSD), a autora de “O Voto Feminino em Disputa Durante as Eleições de 1933 no Ceará” analisa os significados negativos e difusos em torno do termo feminismo e demonstra que ser uma potencial candidata significava ser reconhecida dentro dos padrões morais, religiosos e familiares da época.

Logo depois temos o artigo de Patricia Urruzola que coloca a maternidade de mulheres negras, libertas e escravizadas, enquanto preocupação histórica. Para tanto, Urruzola lança mão de uma documentação variada, soldadas, tutelas, jornais, etc, para situar o seu debate na fronteira entre a escravidão e a liberdade. Um grande mérito do texto é problematizar a ideia bastante disseminada pela ideologia burguesa do século XIX de que haveria um amor materno natural disponível a toda e qualquer mulher. No lugar disso, Urruzola apresenta uma discussão mais bem contextualizada e histórica apontando os pesos da condição jurídica, cor, status e gênero nas vivências de mulheres que lutaram para serem mães e fizeram disso um espaço de resistência à dominação senhorial.

O Quilombo Mulher é a grande preocupação de Andreia Aparecida de Oliveira e Geraldo Tadeu Souza. Neste artigo, Oliveira e Souza se dedicam a discutir a formação de um quilombo cujas lideranças são femininas e matrilineares na região do Salto de Pirapora em São Paulo. Trata-se do Quilombo de Cafundó. Para tanto, os autores recorrem a uma discussão sobre memória feminina e ancestralidade para montarem um mosaico dinâmico acerca da historicidade do quilombo, dando destaque às mulheres que protagonizaram a sua formação.

Em seguida, podemos ler o artigo de Larissa Lira e Lucas Medeiros, que se propõe a compreender as relações entre as dinâmicas de gênero e a cultura material nas religiões afro-ameríndias nos terreiros de Campina Grande - PB. Os autores analisam fotografias produzidas entre 2015 a 2023, com o objetivo de perceber os elementos presentes nas indumentárias e objetos ritualísticos que informam cosmologias e imagens produtoras de dicotomias de gênero, isto é, características atribuídas ao masculino ou ao feminino nas tradições iorubá de Candomblé nagô egbá e da Jurema Sagrada.

Por fim, temos a contribuição de Carmem Emmanuely Leitão Araújo, Francisca Elizabeth Cristina Araújo Bezerra e Juliana Guimarães e Silva com uma interessante abordagem acerca da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas. Fazendo um largo uso das mídias e plataformas digitais,

as autoras discutem como a temática da desigualdade de gênero aparece no que elas chamam de “frame” da RBMC. A discussão cobre um período bastante recente da nossa história, marcado pela pandemia de COVID -19 e pela deslegitimação da ciência durante o enfrentamento à doença. O que, em partes, revela a área de pesquisa a qual as autoras do artigo estão vinculadas, haja visto que se dedicam a pesquisar temas ligados à saúde pública. Assim, embora não sejam historiadoras, Araújo, Bezerra e Silva conduzem um debate que nos remete à seriedade de temas atuais e entrelaçados como ativismo digital e Ciberfeminismo, sem os quais é impossível enfrentar as questões que têm sido colocadas pelo tempo presente.

Além dos textos temáticos que integram o dossiê, contamos com a publicação de dois artigos livres nesta edição. O primeiro, de autoria de Alex Magalhães e Roberta Mendonça, analisa a concepção crítica de Direitos Humanos presente no pensamento do jurista Joaquín Herrera Flores, como uma forma de compreender os casos dos refugiados ambientais, a partir da noção de cidadania do referido intelectual. Os autores apresentam o contexto global contemporâneo sobre os refugiados, em especial os que abandonam seus países devido a crises climáticas e catástrofes ambientais, para, posteriormente, defenderem sua concepção de cidadania aplicada aos deslocados na atual conjuntura política mundial, no que tange a garantia de direitos essenciais aos estrangeiros que buscam asilo político.

O segundo artigo, de Gabriela de Andrade Ferreira, realiza um debate acerca da discussão historiográfica em torno dos conceitos Antigo Sistema Colonial e Antigo Regime nos Trópicos. Para isso, Ferreira mobiliza exemplos extraídos da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, sobretudo referentes ao período de 1762 até 1800 atinente ao Rio de Janeiro. Com base na análise de um ofício datado de 1765 no qual dois coronéis pretos são nomeados pelo vice-rei do Brasil, a autora testa as noções conceituais produzidas no âmbito das duas vertentes historiográficas enfocadas, chegando a conclusão de que a ligada ao conceito de Antigo Regime nos Trópicos atenderia melhor às necessidades explicativas de seu objeto histórico.

Bom, diante das veredas abertas pelo dossiê, só nos resta concluir que estudos de gênero tem uma particular contribuição à historiografia, pois têm permitido vislumbrar distintos mundos, personagens, cenários, temporalidades, para além da linearidade e da univocidade presumidos por um tempo cartesiano. Paralelo a isso, a inserção de sensibilidades, expressa por meio da intuição, empatia, identificação política na trama da história tem se revelado como outro importante diferencial destes estudos. No entanto, nem tudo são flores, pois os desafios permanecem, e estão colocados em um campo aberto de lutas acadêmicas, institucionais e

políticas englobando os departamentos acadêmicos, grupos de pesquisas e as ruas, simbólicas e literais. Um desses exemplos, é o recente assassinato da jovem lésbica Ana Caroline Sousa Campêlo, na cidade de Maranhãozinho (MA), no dia 10 de dezembro de 2023. O caso descortina a necessidade dos estudos de gênero para pensar políticas públicas para as mulheres e para a comunidade LGBTQIAP+, assim como demonstra, na prática, a eficácia dos discursos de ódio que se materializa em mortes, assassinatos e outras formas de morte social. As pesquisas no campo dos estudos de gênero, como indica cada um dos artigos deste dossiê, são, acima de tudo, políticas.

Antes de finalizar o texto, devemos agradecer às pessoas que editaram, escreveram parecer, enviaram artigos e, portanto, fizeram este dossiê possível. Agora, sim, encerramos a apresentação com o desejo de que a leitura dos artigos seja agradável e que desperte o interesse para um mergulho no vasto e complexo universo da história das relações de gênero, das mulheres e das sexualidades.

Boa leitura,

Maria Aparecida Sanches, Artur Santana e Alessandro Bastos.

Bahia, no apagar das luzes de 2023.